

TÍTULO: Heterogeneidade enunciativa no discurso sobre o ambiente na imprensa portuguesa: funcionamento e efeitos do discurso directo¹

AUTORIA: Rui Ramos (Professor Auxiliar; Instituto de Estudos da Criança e Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, Portugal; r Ramos@iec.uminho.pt / www.rui-ramos.web.pt)

RESUMO: O presente texto pretende dar conta de algumas das dimensões mais relevantes da heterogeneidade enunciativa (Fonseca, 1992 (1989)) que marca as manifestações do discurso de imprensa sobre o ambiente. Centra-se sobre aspectos estruturais centrais e sobre o funcionamento pragmático-comunicativo do discurso directo, mecanismo citacional sistematicamente usado no *corpus* recolhido.

Além de apresentar várias possibilidades de organização sintagmática, o discurso directo está ao serviço estratégico da projecção de determinada imagem do locutor do discurso citante, elemento essencial do exercício da influência que caracteriza largamente o discurso jornalístico sobre o ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: relato de discurso, discurso directo, enunciação, ambiente, influência

RÉSUMÉ: Ce texte veut montrer quelques-unes des dimensions pertinentes de l'hétérogénéité énonciative qui marque les manifestations du discours de la presse sur l'environnement. Il se centre en particulier sur des aspects centraux et sur le fonctionnement pragma-communicatif du discours direct, systématiquement employé dans le corpus.

Outre la diversité de formes d'organisation syntagmatique, le discours direct sert stratégiquement la projection d'une image du locuteur, élément essentiel de l'exercice de l'influence qui caractérise le discours journalistique sur l'environnement.

MOTS-CLÉS: discours rapporté, discours direct, énonciation, environnement, influence

¹ Este texto realiza uma adaptação e uma síntese de parte de um capítulo da tese de Doutoramento do autor (Ramos, 2005).

Agradeço a leitura crítica e as sugestões da Prof. Doutora Aldina Marques (Instituto de Letras e Ciências Humanas – Universidade do Minho, Portugal).

1. Introdução

Para a generalidade dos cidadãos das sociedades ocidentais, não é difícil identificar a presença constante do ‘discurso do outro’ ou de ‘outros discursos’ nos textos / discursos dos *media*, tenham estes suporte escrito, falado, televisivo ou digital. Em concreto, para os propósitos do presente artigo, focar-se-á um conjunto de textos de imprensa sobre o ambiente², vários deles agrupando-se em *dossiers* tipológica e pragmaticamente multifacetados³, onde pode identificar-se o grande relevo que o cruzamento de vozes neles assume. A heterogeneidade enunciativa sobre a qual se constroem⁴ é flagrante e organiza-se em dois níveis distintos.

O primeiro decorre da variedade de fontes produtoras dos textos (jornalistas, repórteres, enviados especiais, agências de notícias, cientistas, etc.). Este cruzamento de vozes diz respeito a uma área constituinte da *heterogeneidade* em sentido *corrente, não técnico* e que, por isso, se distancia do sentido fundamental que será tomado neste texto. Contudo, permite identificar, preliminarmente, a erupção do discurso da Ciência no discurso ambiental / sobre o ambiente, manifestada pela identificação das fontes / autores dos artigos (onde largamente se encontram representados cientistas, relatórios, investigações, etc., corporizando o saber científico), tal como sugere uma alteração dos discursos originais, pelo esclarecimento da adaptação a que estes foram sujeitos para se adequarem ao suporte e funções diferentes que no jornal encontram e desempenham. Manifesta-se, desta forma, o “dialogismo intertextual explícito”⁵ (Moirand, 1999) que os caracteriza.

O segundo nível anunciado sobressai pela extensão e importância de segmentos de texto que, dentro de cada um dos artigos, apresentam marcas evidentes de citação, do mais “puro” e identificável discurso directo, às formas difusas de citação ou a mecanismos de evocação muito discreta de outros enunciadores e de outras enunciações, factuais e pretéritas ou suspeitadas e futuras.

Não é de estranhar tal facto: o discurso informativo dos *media*, mais do que qualquer outro, vê-se construído sobre estratégias polifónicas de evocação de vozes alheias, porque boa parte do material de que se nutre a informação é de teor discursivo: os *media* relatam factos

² Para esclarecimento sumário sobre o *corpus* de análise, ver 4.

³ Para esclarecimento sumário sobre a noção de *dossier*, ver 5.1.

⁴ Por razões metodológicas, esta heterogeneidade enunciativa é aqui encarada somente no pólo da produção.

⁵ Para permitir o acesso a este texto de um leque de leitores tão variado quanto possível, as citações em língua estrangeira serão objecto de tradução e adaptação.

mas, em larga percentagem, também enunciações. Normalmente, em termos gerais, os motivos apontados para o recurso insistente ao relato de discurso, nos seus vários modos, são vários, incluindo a criação de um efeito de objectividade; a autenticação do dito; a sua configuração como verdadeiro ou falso, atribuindo essa responsabilidade a outro; a avaliação do dito; ou o encobrimento da opinião do locutor.

2. Heterogeneidades e texto / discurso

Parece ser consensual que «a linguagem deixa ouvir, numa voz, várias vozes. Designações como heteroglossia, interdiscursividade, dialogismo, intertextualidade, heterogeneidade, polifonia e outras afins recobrem fenómenos que se aproximam uns dos outros, ou, inclusivamente, se sobrepõem» (Duarte, 2003, p. 20-21); além disso, distingue-se claramente aquilo que é constitutivo da língua / do(s) discurso(s) – a “heterogeneidade constitutiva” de Authier-Revuz (1984) – do que é a evocação concreta de outras vozes, o processo de “mostrar o *outro*” na fricção de vozes evidente, no que se refere normalmente como “citação”. A heterogeneidade constitutiva, porque se configura como elemento fundador da língua, organizada internamente de acordo com uma «matriz dialógica ou dialogal» (Fonseca, 1992 (1989), p. 263), nem sempre é de fácil localização (normalmente, não é possível identificar todos, ou mesmo os mais relevantes, interdiscursos que convivem com / sob os nossos discursos), mas é fundadora da estrutura e do funcionamento das línguas. É nesta consideração que Fonseca sublinha que o uso de determinado signo não pode ser concebido como tirado directamente do dicionário, virgem de usos anteriores e expectativas de reutilização, mas que o discurso se apresenta sistematicamente como uma entidade polifónica: «na verdade, cada palavra traz consigo e ao mesmo tempo continuamente absorve índices dos contextos dos seus usos» (idem, *ibidem*). Concorde, assim, com Bakhtine (1981 (1930)) e com a sua noção de dialogismo, que sublinha o facto de cada discurso se construir sobre e em diálogo com outros discursos, passados ou futuros, reais ou imaginados, de outros locutores, sendo a polifonia constitutiva de qualquer enunciação.

Assim, cada texto / discurso inscreve-se em / activa uma ‘memória interdiscursiva’, «que constitui um contexto global que envolve, e largamente condiciona ou sobredetermina, a actividade linguística, nela interferindo fortemente tanto ao nível da produção como ao

nível da recepção-interpretação» (Fonseca, 1992 (1989), p. 275-276), ou “lugar de cruzamento de enunciados”, na expressão de Sophie Moirand (1999, p. 173)⁶.

Contudo, é normalmente mais fácil identificar a citação, em particular quando ocorre em discurso directo, visto que é sempre marcada, constituindo as aspas o seu indício mais prototípico (no registo escrito, naturalmente).

O discurso directo, o discurso indirecto e o discurso indirecto livre são as três formas clássicas de relatar discurso, mas «é uma constante de qualquer discurso citar palavras de outros ou de si próprio, de modo directo, indirecto, ou através de formas mais subtis e menos visíveis, como alusões, ecos irónicos, negação, reprodução de léxico alheio, pressuposições, etc.» (Duarte, 2003, p. 37). A consideração deste facto afasta a análise da perspectiva adoptada pela gramática tradicional, que compreende a interacção entre as três formas clássicas de relato (as únicas que concebe) essencialmente como uma transformação de cariz morfossintáctico, a partir do discurso directo, ignorando as condições enunciativas concretas. Duarte defende, com particular propriedade e com implicações investigativas que se sublinham, que é pouco produtivo classificar discurso directo, discurso indirecto e discurso indirecto livre em função de fidelidades a enunciados iniciais, mas que será mais interessante «ver como se reconhece a palavra de um locutor dentro do discurso de outro, se e em que medida o discurso relatado assinala a presença do relator, atenua traços da primeira enunciação, fica preso ao significante, refere apenas o significado, o resume, etc.» (idem, ibidem, p. 53-54).

3. Considerações de base sobre o discurso directo

O discurso directo, modo de relato de discurso sobre o qual esta reflexão se desenvolve, é o tipo de relato canónico, com evidentes marcas da presença de um outro enunciator: «a citação é uma espécie de imagem (sempre incompleta e pouco fiel) de outro discurso, realmente proferido ou imaginado, antecipado, construído» (idem, ibidem, p. 37). Sublinhe-se: esta forma de citação está longe de constituir uma reprodução fiel do discurso original, mesmo nos casos em que os textos apresentam marcas citacionais inquestionáveis. O mais habitual é que «o relator reproduza o enunciado ouvido em função da significação que lhe conferiu, tendo em conta não apenas as palavras ditas mas também a interpretação que delas faz à luz das circunstâncias da enunciação» (idem, ibidem, p. 38).

⁶ Esta linguista, numa perspectiva não inteiramente coincidente com a que é defendida por Fonseca (1992 (1989)), distingue três tipos de heterogeneidade (semiótica, textual e enunciativa) e várias manifestações de dialogismo: explícito, intertextual, interaccional (explícito ou não) e interaccional constitutivo.

Há um mecanismo de imitação e um jogo de faz-de-conta, um pacto entre locutor e alocutário, potenciador do efeito de real que ambos associam ao uso do discurso directo: o primeiro simula a reprodução efectiva e fiel do discurso de outrem, o segundo simula uma aceitação como se, de facto, assim fosse; mas ambos sabem que isso não passa de um jogo de conveniência e economia discursiva, essencial ao bom funcionamento das trocas conversacionais. A existência deste laço de cumplicidade é realçada por Maingueneau:

“ao colocar palavras entre aspas, o enunciador limita-se a chamar a atenção do co-enunciador para o facto de empregar exactamente essas palavras que coloca entre aspas; dá-lhes relevo, deixando ao co-enunciador a tarefa de compreender por que razão ele atrai assim a sua atenção, por que razão abre assim uma brecha no seu próprio discurso» (2000, p. 138).

Neste sentido, as aspas indicam um vazio que o alocutário é convidado a preencher, reconhecendo valores implícitos, fazendo uso do seu saber enciclopédico, nomeadamente os valores associados a expectativas sobre intenções comunicativas do locutor. E, para que o seu uso seja devidamente interpretado, é necessário que exista uma convivência mínima entre locutor e alocutário, que será reforçada pelo sucesso do processo comunicativo. Maingueneau (idem, p. 140) afirma que o locutor que emprega aspas no seu texto desenha uma representação dos seus leitores para antecipar a sua capacidade de descodificação. Reciprocamente, o leitor constrói também uma representação do universo ideológico do enunciador, para descodificar eficazmente a mensagem daquele.

Tal convivência é sempre necessária, mesmo quando não está em questão o uso das aspas. A presença do alocutário é constante, mesmo em textos / discursos monogerados, e os dispositivos de construção discursiva decorrentes da figuração que o locutor projecta do seu alocutário, assim como as que este constrói daquele no momento da recepção, estão permanentemente presentes no processo discursivo, e não somente quando se usam aspas. No limite, os segmentos textuais / discursivos onde as aspas marcam presença podem tornar mais visível esse mecanismo polifónico.

Quanto à ‘fidelidade’ do discurso directo, conclui-se que, no seu uso, não é verdade que o relator não intervenha e fique do lado de fora da fronteira tipográfica das aspas ou do travessão. Bem pelo contrário, o relator intervém interpretando e retransmitindo o discurso e, geralmente, alterando-o, mesmo quando simula a pura transcrição de um enunciado alheio. «O DD [discurso directo] é um simulacro» (Duarte, 2003, p. 62). Esta afirmação é corroborada por Maingueneau:

“mesmo se o DD relata palavras supostamente ditas, só pode tratar-se de uma encenação que busca autentificação: eis as palavras exactas que foram ditas, parece afirmar o enunciador (...).

Seja como for, não há coincidência de planos entre uma enunciação efectiva (...) e um enunciado citado entre aspas enquadrado num outro contexto. A situação de enunciação do discurso citado é reconstruída pelo relator, e é esta construção, necessariamente subjectiva, que define o quadro da interpretação do discurso citado. Por isso, o DD não pode ser objectivo: seja qual for o seu grau de fidelidade, o discurso directo nunca passa de um fragmento de texto dominado pelo enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe conferir uma focalização pessoal” (Maingueneau, 2000, p. 119).

Porém, o discurso directo goza normalmente de um estatuto de veracidade que amplia a sua capacidade probatória. Pode, por isso, ser usado como estratégia de credibilização do discurso do relator, efeito extraído do seu “falso” valor de verdade, do seu valor testemunhal ou da sua capacidade de gerar verosimilhança. Ao optar por este modo de relato de discurso, o locutor tende a desvincular-se da responsabilidade das asserções feitas pelo enunciador primeiro, ainda que não possa desresponsabilizar-se pela evocação que faz. Maingueneau lembra que, quando realiza uma asserção, o locutor assume a responsabilidade dela, ao assumir-se como fiador da sua verdade. Quando faz intervir no seu enunciado a voz de outro enunciador, surge a presença de um enunciado² no enunciado¹. Nesse caso, o locutor só assume a responsabilidade parcial da introdução do enunciado² e não a sua verdade, endossada ao enunciador original; a verdade que assume é que houve um enunciado¹, nos moldes que apresenta. Assim, “o discurso relatado constitui *uma enunciação sobre uma outra enunciação*; estabelece-se uma relação entre duas enunciações, a enunciação citada sendo objecto da enunciação citante” (idem, ibidem, p. 117).

Mas o enunciado² pode não surgir explicitamente no enunciado¹. Basta para isso que o locutor modalize o seu discurso, indicando que endossa a outro a responsabilidade daquilo que vai / acabou de enunciar (“segundo X...”, “para Y...”, “ao que parece...”, uso do Condicional, do Futuro Composto, etc.). Graças a estes modalizadores, o locutor pode comentar o seu próprio discurso e dar ao alocutário indicações de como ele deve ser aceite ou compreendido⁷.

⁷ Maingueneau aponta que a indicação da existência de um outro acto de fala pode ser feita através de verbos introdutórios, de grupos preposicionais ou mesmo sem introdutor explícito e precisa que “frequentemente, estes introdutores de discurso não são neutros, contribuem com uma interpretação subjectiva. O verbo introdutor confere um ‘quadro’ à interpretação do discurso citado. Se um verbo como ‘dizer’ ou uma

Em discurso directo, identificam-se perfeitamente as duas situações de enunciação, a do discurso citado e a do discurso citante. Este modo de relato de discurso (mas também, em parte, o discurso indirecto livre) é o que «mais tipicamente permite transmitir a emoção» (idem, ibidem, p. 77), devido a um conjunto de virtualidades de construção textual (nomeadamente, a dramatização do discurso, pela co-presença de várias vozes) e de possibilidades sintáctico-semânticas (como interjeições, frases de tipo exclamativo, repetições, vocativos, partículas modais, etc.), inaceitáveis ou incomuns no discurso indirecto.

4. O objecto de análise

O objecto de análise seleccionado para a presente investigação é constituído por um conjunto de textos contemporâneos, recortado do *corpus* mais vasto que foi analisado pelo autor na sua tese de Doutoramento⁸. Este consistiu num conjunto de 69 textos, publicados entre Junho de 1997 e Maio de 2001, tratando-se, na sua maior parte, de textos que compõem sete *dossiers* do diário *Público*, publicados entre aquelas datas, sob a designação genérica de «Destaque». Juntam-se a estes textos quatro comunicados de imprensa de Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA's), quatro textos publicados no *Diário de Notícias (DN)* e nove textos publicados no jornal *ABC Ambiente*, da ONGA Quercus.

O período de tempo abrangido é particularmente simbólico: trata-se de um intervalo relativamente alargado que abarca a mudança de ano, de século e de milénio. Mas é especialmente a temática que confere coerência externa ao *corpus*: são textos publicados em torno de um problema crucial da vida colectiva, não só nacional ou regional, mas verdadeiramente planetária: as alterações climáticas. Este é um assunto particularmente relevante no referido período de reflexão sugerido pelo fim / início de milénio, com repercussões que se prolongarão para além dos limites da vida de cada indivíduo e que iguala (ou quase) todos os seres vivos sob a sua ameaça.

Dentro do espectro possível do que foi publicado sobre a questão das alterações climáticas, os textos destinados a (in)formar a opinião pública assumem um papel preponderante, porque promovem a discussão em torno de um assunto que toca a todos e porque mobilizam os cidadãos para determinado tipo de acção ou de atitudes, através de

preposição como 'segundo' podem parecer neutros, não é esse o caso de 'confessar' ou 'reconhecer', por exemplo, que implicam que a palavra relatada constitui uma falha" (2000, p. 122).

⁸ Cf.: Ramos, 2005.

mecanismos de criação de um real discursivo. De facto, este é um tópico particularmente susceptível de modelação pela palavra, na medida em que se trata de realidades não directamente experienciáveis pelos indivíduos, e com limites temporais extremamente alargados, muito para além da percepção concreta. Os textos recolhidos foram suscitados por eventos da maior importância: momentos-chave das negociações do Protocolo de Quioto, que receberam da imprensa de referência grande destaque, o que tornou o assunto visível na vida social nacional.

Essa visibilidade levou aos cidadãos uma temática de importância capital na vida de cada um e dos grupos sociais, mas cuja construção passa, em larga medida, pelo discurso que sobre ela se desenvolve. A problemática ambiental, porque “invisível” ao olhar desarmado do quotidiano, emergindo somente na pontual efervescência do acidente ou da catástrofe, e desfocada pelo peso testemunhal das circunstâncias, é particularmente passível de construção discursiva – e objecto da atenção sistemática dos *media*. Estes intensificam e extensificam causas e consequências, exploram perdas e expectativas, dão a ver e ampliam tensões sociais. Evocam vozes autorizadas, de decisores políticos, de líderes de opinião, de ambientalistas e de vítimas. E juntam-lhes uma outra voz, a do jornal enquanto instância mediática, conferindo sentido (o *seu* sentido) aos factos, transformando o “evento bruto” (aquilo que se passa, uma modificação dos estados das coisas, mas ainda sem significado atribuído) em “evento mediático” (o resultado do discurso sobre o evento bruto, que o torna susceptível de ser adquirido pelos receptores da informação, e que pode corresponder a um facto ou a uma declaração)⁹ e interferindo decisivamente no devir da sociedade. Esse é o peso, ou a importância social, destes discursos aqui agrupados, “discursos públicos dominantes” na designação sugerida por Jung (2001 (1996)), activos na construção de um real modelado, essencialmente, pela força da palavra tornada pública.

O seu relevo social leva à construção de uma ‘memória interdiscursiva’¹⁰ que nos *media* se cria e desenvolve, e que assiste à sua definição como lugar de cruzamento de vozes plurais, pelo tratamento que alguns assuntos recebem.

Por tudo isto, torna-se promissor e relevante lançar um olhar analítico sobre o *corpus* textual compendiado.

5. O discurso directo como dispositivo constitutivo do discurso mediático ‘verde’

⁹ Cf.: Charaudeau, 1997.

¹⁰ Cf.: Moirand, 1999.

No *corpus* recortado, os segmentos grafados com as mais típicas marcas de discurso directo – as aspas – correspondem a mais de 11 por cento do texto total. Estes segmentos entre aspas surgem em 45 dos 69 textos, com extensões variáveis – de uma só palavra a 92 palavras ininterruptas. Mas pode afirmar-se que vários dos textos se edificam quase exclusivamente sobre o discurso de outros enunciadores citados directamente, tendo o jornalista uma mera tarefa de estabelecer algumas conexões e articular as múltiplas citações. O breve texto seguinte, do diário *Público*, constitui exemplo claro: se às suas 123 palavras for retirado aquilo que se apresenta enquadrado por aspas, restarão somente 54 palavras, correspondentes ao título, à frase inicial e às estruturas de introdução das citações, como pode verificar-se:

«Sindicatos preocupados

Os sindicatos estão preocupados com a perda de milhões de empregos nos países industrializados, que possam resultar dos esforços globais para cortar as emissões dos gases que contribuem para o efeito de estufa. “(...)”, disse ontem, em Quioto, Stephen Pursey, da International Confederation of Free Trade Unions. “(...)”, comentou um sindicalista australiano. “(...)”, criticou Pursey.» (*Público*, 10/12/1997)

No *corpus*, esta opção estará ao serviço de vários objectivos: aparentar autenticidade e autorizar o enunciado, aspecto essencial no funcionamento do discurso mediático; estabelecer distanciação face ao dito (o que contribui para a autorização do discurso, em particular no caso da citação de autoridades científicas); construir uma imagem de objectividade e seriedade, sempre associada a um jornalismo de qualidade. Contudo, em casos como o referido, a citação massiva em discurso directo contribuirá igualmente para preencher espaços da figuração geral de cada *dossier*, entendido como unidade transtextual heterogénea, pela presentificação máxima de determinados actores, que assumem essencialmente papéis secundários, de espectadores dos eventos e de produtores de palavra testemunhal.

5.1. Noção de *dossier*

Faça-se neste ponto um breve parêntesis para esclarecer qual a extensão do conceito de *dossier* aqui empregado.

A designação *dossier* é corrente na esfera jornalística e no âmbito da análise linguística do discurso de imprensa. Charaudeau (1997), numa obra sobre o discurso de informação mediática, descreve-o como um conjunto de artigos destinados a esclarecer uma questão,

tanto do ponto de vista dos factos, como dos comentários – o que sugere, imediatamente, a composição heterogénea daquele, na medida em que as dimensões pragmáticas dos textos se cruzam com aspectos da sua organização sequencial.

Beacco (1992) designa os textos que compõem um *dossier* como ‘texto director’ e ‘texto(s) satélite’, manifestando a hierarquização e a complementaridade que os caracterizam. Afirma que o primeiro realiza normalmente uma função descritiva / narrativa, enquanto o(s) segundo(s) assumem uma função explicativa / interpretativa.

O texto director ocupa papel central na configuração do *dossier*, introduzindo o assunto em questão ou referindo o acontecimento-núcleo, constituindo-se como referência dos restantes textos, disponibilizando as informações julgadas mais relevantes, pela voz do jornalista ou do(s) protagonista(s).

Os textos satélite, por seu lado, configuram-se como complementares do texto director, fornecendo informações técnicas, definindo os contornos de algumas partes dos problemas, fornecendo elementos de cenário para a compreensão da questão central. A sua função passa igualmente pela criação do efeito de real, ao colocar em cena os pormenores, aparentemente dispensáveis mas que fornecem ao relato geral a credibilidade necessária. Compreendem ainda a construção de um plano de fundo ou comentário pela explicação do fenómeno, o que se reveste de um carácter didáctico¹¹.

Do ponto de vista do seu funcionamento comunicativo, o *dossier*, no seu todo, responderia, assim, em particular, a duas das quatro ‘exigências’ que Charaudeau (1997) identifica no funcionamento da imprensa: a de ‘lisibilidade’ e a de ‘inteligibilidade’¹².

A primeira obriga os *media* escritos a um exercício de exposição tão claro quanto possível dos acontecimentos decorridos na esfera social, transformando o “evento bruto” em “evento mediático”, concretizado em formas textuais como os artigos informativos, as breves ou outros textos essencialmente expositivos e a uma enunciação tendencialmente ‘objectivizada’ (Moirand, 1999).

¹¹ Cf.: Cicurel, 1994 e Adam, 1997.

¹² Utiliza-se neste texto o lexema ‘lisibilidade’ com um sentido amplo, englobando a noção de ‘legibilidade’ (associada a aspectos tipográficos / visuais da imprensa escrita), mas incorporando igualmente (ou sobretudo) objectivos de compreensão do material escrito pelo leitor previsto. Esta exigência tem implicações imediatas, a este nível, nas escolhas lexicais e sintagmáticas, na organização textual / discursiva e no universo cultural para que remetem os artigos de imprensa. A exigência de ‘inteligibilidade’ “respeita essencialmente ao comentário que é feito ao acontecimento. Esta exigência dirige-se igualmente à compreensão, mas aqui para esclarecer o porquê e o como das notícias” (Charaudeau, 1997, p. 220)

A terceira das exigências referidas é a de ‘visibilidade’ e a quarta a de ‘dramatização’.

A exigência de inteligibilidade refere-se sobretudo ao comentário que é produzido a propósito dos factos ou declarações que constituem o evento noticiado e encontra a sua concretização mais prototípica nas formas textuais (géneros) que se apresentam como editoriais, crónicas, análises ou comentários.

5.2. Discurso directo e textos de opinião

Entre os textos do *corpus* de análise que não apresentam marcas de discurso directo, encontram-se, como os que constituem comentários ou editoriais, textos enunciativamente marcados pela primeira pessoa e correspondendo aos de enunciação subjectivizada. Verifica-se, desta forma, com base neste *corpus* limitado, que os textos mais enunciativamente assumidos, apesar de se configurarem como de opinião e, assim, como textos / discursos “terceiros”, produzidos sobre outros discursos e com eles mantendo uma interacção forte, não privilegiam o discurso directo como forma de evocação.

Relativamente a este tópico, a investigação desenvolvida não permite apurar conclusões mais globais, que incidam sobre a generalidade dos textos sobre ambiente nos *media* (porque não foi esse o objectivo), mas a percepção individual do investigador e outros estudos por si efectuados neste âmbito¹³ orientam-se no mesmo sentido, isto é, sugerem que os artigos jornalísticos de opinião tendem a recusar o emprego de discurso directo.

5.3. Discurso directo de alguém / de ninguém

Basicamente, registam-se entre os segmentos marcados com aspas dois tipos de evocação: por um lado, o discurso de um enunciador específico; por outro, o eco de uma “voz comum”, elemento difuso mas operador na construção de laços de cumplicidade entre locutor e alocutário.

5.3.1. Quanto ao primeiro caso, identificam-se exemplos onde o discurso relatado e marcado com aspas dificilmente corresponderá ao discurso efectivamente produzido, por uma razão objectiva: trata-se de uma tradução. Nas ocorrências do *corpus*, nada há na superfície textual que indique que se trata de traduções (e não do relato literal das palavras dos locutores anunciados), havendo mesmo indícios de que a reprodução do discurso alheio é fiel (em concreto, verbos como *dizer* ou *sublinhar*). Estes casos podem ser

¹³ Sobre a análise da configuração dos artigos de opinião (de cariz político) na imprensa portuguesa, veja-se, do autor, Ramos, 1996, 1998, 2000.

identificados em 25 dos textos do *corpus*, essencialmente aqueles que relatam as negociações entre os países e as diversas reacções internacionais à sua evolução.

5.3.2. É igualmente identificável no *corpus* um caso flagrante de desrespeito pelo discurso original no processo de relato. Trata-se de um artigo jornalístico que retoma explicitamente um outro, também constituinte do *corpus*, um comunicado de imprensa conjunto de várias Organizações Não-governamentais de Ambiente (ONGA's). Em concreto, encontra-se grafada entre aspas a expressão «enterrar o Protocolo de Quioto», expressão inexistente no comunicado, mas cuja responsabilidade de enunciação é implicitamente atribuída àquelas, assim como o é o último período do excerto abaixo transcrito:

«Os ambientalistas começam por chamar a atenção para o facto de a Casa Branca não saber o que diz, pois o seu porta-voz, na conferência de imprensa em que anunciou a posição de Bush de “**enterrar o Protocolo de Quioto**” não propondo ao Congresso a ratificação do documento, disse que “apenas um país tinha ratificado o protocolo”, quando na verdade já o fizeram 33. “**A posição dos EUA revela a sobranceria que têm vindo a ter quanto aos seus compromissos internacionais.**”» (*Diário de Notícias*, 30/4/2001)¹⁴

No primeiro dos segmentos assinalados, a atribuição de responsabilidade enunciativa decorre, por um lado, da estrutura sintáctica da frase (o sujeito verbal inicial é «os ambientalistas», o que pode sugerir a responsabilidade enunciativa do discurso relatado) e, por outro lado, pela activação de saberes da enciclopédia do leitor – nomeadamente, a expectativa de um discurso jornalístico próximo / identificável com o uso da língua-padrão, com a qual a expressão referida não se identificará, o que sugere que o desvio da norma, criticável, só se torna aceitável pelo respeito do discurso relatado; e este, atribuído aos ambientalistas, apresenta-se frequentemente empolado pelas emoções e delas utilizado para persuadir o interlocutor, um discurso mais próximo do tipo de enunciação subjectivizada.

Da mesma forma, a expressão «não saber o que diz», dirigido à Casa Branca, apresenta-se como exagerada e desadequada à correcta avaliação do estado de coisas, pela extensão / generalização abusiva que promove, a partir de uma situação particular. O implícito activado pelo conhecimento do mundo orientar-se-á no sentido acima descrito, pelos mesmos motivos: tratar-se-ia de discurso inflamado das ONGA's e não do “inodoro,

¹⁴ Neste e em todos os casos que se seguem, o relevo dado a alguns segmentos, pela sua marcação a negrito, não se encontra no texto original.

insípido e incolor” discurso jornalístico de informação. Acresce que esta expressão pode ser entendida como um segmento de discurso indirecto, introduzido por «chamar a atenção para» que, no caso presente, só pode ser realizado verbalmente e, com tal, se configura como uma estrutura introdutória de relato de discurso.

São o mesmo raciocínio e a mesma expectativa que permitem, sem quaisquer marcas textuais para além das aspas (nomeadamente, sem verbo *dicendi* ou estrutura sintáctica correlativa) atribuir a última frase do excerto ao comunicado das ONGA's: se está entre aspas, as únicas fontes citadas anteriormente são o comunicado e o porta-voz da Casa Branca, e a selecção operada pelo leitor sugere isso mesmo.

De facto, e sabendo que o primeiro segmento grafado entre aspas não corresponde ao discurso original dos enunciadores evocados, a única interpretação possível será entendê-lo como o eco de uma voz comum. Assim, este segmento opera uma manipulação evidente do discurso original, intensificando / extremando a posição de confronto verbal que opõe as ONGA's referidas à Administração norte-americana, dramatizando o discurso, colaborando, pelas opções lexicais realizadas, na construção de uma imagem tendencialmente radical dos ambientalistas, mas manifestando simultaneamente uma posição enunciativa vincada do jornalista autor do artigo. Tal posição é ainda reforçada pelo conteúdo de um texto encaixado, que vem clarificar a sua posição, interna à questão, e não de objectiva distância e exterioridade.

Este artigo ilustra adequadamente uma outra afirmação produzida acima, a de que o discurso directo não é, como simula ser, uma reprodução fiel de um discurso original. Veja-se o seu segundo parágrafo:

«Para os referidos grupos ambientalistas – não se conhece até à data a posição da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente –, “é altura de a Europa mostrar que tem líderes à altura, **sobretudo** numa altura em que **os cientistas** do IPCC (painel **internacional** para o **estudo** das alterações climáticas) **já demonstraram os perigos que o planeta corre**. A atitude **dos EUA** só pode ser classificada com irresponsável”.» (*Diário de Notícias*, 30/4/2001)

E compare-se com o segmento do documento original que cita:

«É altura de a Europa mostrar que tem líderes à altura. No mesmo ano em que os relatórios do painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (www.ipcc.ch) vêm demonstrar que os perigos das alterações climáticas são maiores do que previamente se pensava, uma atitude como a tomada pelo Presidente

dos Estados Unidos não pode ser classificada senão como irresponsável. E no plano internacional, só a Europa pode reagir à altura.» (Comunicado de imprensa das ONGA's, 29/3/2001)

O primeiro texto pretende inscrever um segmento de discurso directo e identifica devidamente o enunciador responsável, mas não cita literalmente as suas palavras, antes reproduz *o sentido* do seu discurso, de modo formalmente próximo, interpretando-o e modalizando-o. São significativos a criação de uma realidade escalar e o reforço da intensidade argumentativa carreados pela estrutura «sobretudo numa altura em que...», inexistente no discurso original e que o jornalista utiliza para articular e justificar a necessidade de “a Europa ter líderes à altura”, interpretando o discurso original, das ONGA's, e apresentando-o à opinião pública com maior valor dramático e maior poder de persuasão.

Esta dramatização do discurso verifica-se igualmente na apresentação, no texto jornalístico, de actores sociais ausentes da estrutura de superfície do texto citado: aquilo que, no comunicado das ONGA's, eram os «relatórios do painel Intergovernamental...» passou a ser apresentado no artigo jornalístico com rosto humano: «os cientistas do IPCC». É certo que frequentemente “os relatórios”, “os estudos”, “os dados” substituem metonimicamente os cientistas, agentes humanos e efectivos responsáveis pelas enunciações, pelas tomadas de posição, pelos alertas. Mas a presença destes agentes da superfície frásica não deixa de contribuir para o dramatismo de cenário desenhado.

O texto em análise apresenta vários outros exemplos de alteração do discurso original em segmentos de discurso directo. Uma avaliação sumária do assunto limitar-se-ia a apontar a incompetência do jornalista em questão. Mas será possível aprofundar o assunto e reconhecer neste procedimento, mais do que um mecanismo de dialogismo intertextual explícito, o esboço do que Moirand (1999) designa como dialogismo interaccional constitutivo: a interpretação do discurso original e a respectiva intermediação activa procurarão responder, por antecipação, às dúvidas e às dificuldades que os leitores do artigo sentirão quando em confronto com este, assim como a uma estratégia de optimização do poder influenciador, ainda que o mantenha adequadamente camuflado – nomeadamente, pelo uso da marca primeira do discurso directo: as aspas.

5.3.3. Sendo muito frequentes os segmentos de discurso directo, torna-se pertinente descrever e analisar as estruturas que o introduzem.

i. A estrutura mais prototípica apresentará um *verbum declarandi* ou *verbum dicendi* seguido do segmento de discurso literalmente apropriado do enunciador original. Tratando-se de textos / discursos de enunciação objectivizada, como este *corpus*, em princípio, maioritariamente compreende, o verbo introdutório do discurso directo limitar-se-á a dar conta da autoria / responsabilidade da enunciação primeira. Sintacticamente, traduzir-se-á na «justaposição da expressão introdutora e da citação das palavras do autor citado, entre as quais há uma “barreira gráfica”. A pessoa gramatical, o tempo verbal e os dísticos referenciam-se a esse locutor citado e ao momento da sua enunciação» (Duarte, 2003a, p. 187). O discurso citado constitui-se como objecto de fronteiras claramente marcadas, explícito, um dos fenómenos de “heterogeneidade mostrada” (Authier-Revuz, 1984).

ii. Esta descrição encontra correspondência em muitos textos. Contudo, são identificáveis estruturas ligeiramente diferentes, nomeadamente sem a marca dos dois pontos, integrando mais fluentemente o segmento citado no discurso do locutor. Trata-se da ocorrência do *verbum dicendi* numa incisa, situação na qual não há lugar à separação com a pontuação referida:

«Sem os Estados Unidos, **disse** o governante, “será muito difícil colocar o Protocolo de Quioto em vigor”.»
(*Público*, 30/3/2001)

Podem também identificar-se estruturas mais comuns ao discurso indirecto típico, que compreende uma conjunção integrante a seguir ao *verbum dicendi*:

«O porta voz do governo japonês **afirmou que** “considerava importante que os EUA, os maiores emissores de CO₂ do mundo, concluíssem o PQ.” (*ABC Ambiente*, Maio de 2001)

O excerto configura um caso em visível ruptura com a descrição prototípica de discurso directo e discurso indirecto: em vez de o discurso atribuído ao enunciador original surgir com as marcas enunciativas de primeira pessoa (esperável no discurso directo), surgem marcas do sistema pessoal do relator no discurso do enunciador primeiro (o que corresponde à estrutura do discurso indirecto). Como é óbvio, este caso exemplifica também o papel interpretante do relator, que não transcreve literalmente o enunciado original, apesar da ilusão do discurso directo. Trata-se de um caso nítido de hibridez do relato de discurso, frequente na imprensa.

Contudo, a organização mais comum não é o verbo preceder o segmento em discurso directo, mas exactamente o oposto, o que pode ser entendido como um efeito de dramatização, pela visibilidade dada ao “directo”, uma espécie de televisualização do discurso de imprensa escrita.

iii. Há ainda a apontar usos do verbo introdutor de discurso directo entre dois segmentos de discurso relatado, com ou sem a interposição de sequências de discurso indirecto / discurso indirecto livre ou comentários do locutor. Esta organização sintáctica (orações incisivas) parece aproximar-se de um registo mais coloquial, mais vivo, pela alternância de vozes que promove, funcionando como estratégia de reforço da adesão do leitor:

«“No entanto”, **diz Fátima Espírito Santo**, “não é possível afirmar que isso já está a acontecer (...)”.»
(*Público*, 1/12/1997)

Os verbos *dizer* e *(re)afirmar* surgem como introdutores de segmento de discurso directo em mais de quatro dezenas de casos, correspondendo a cerca de 27 por cento do total, no Presente, no Pretérito Perfeito e no Pretérito Imperfeito do Indicativo.

iv. O *corpus* apresenta um número considerável de ocorrências de verbos introdutores de discurso directo que representam ostensivamente a actividade verbal: *falar*, *comentar*, *opinar*, etc. A esta constatação deve juntar-se uma outra, porventura mais ilustrativa das características do discurso ambiental nos *media*: uma quantidade muito significativa de verbos introdutores de discurso directo e estruturas correlativas dão a ver, pelo seu próprio semantismo, o conflito verbal que representam, assim como aspectos da interacção verbal e da argumentação dos antagonistas. Indiciam igualmente vários momentos argumentativos que corporizam o discurso dos intervenientes na discussão. Conferem, desta forma, um cariz vincadamente polémico e agónico ao discurso. Encontram-se no *corpus*, com esta função associada ao discurso directo, os verbos *acrescentar*, *protestar*, *argumentar*, *responder*, *sublinhar*, *questionar*, *reforçar*, *ironizar*, *denunciar*, *defender*, *contrapor*, *realçar*, *concordar*, *discordar*, *alertar*, *justificar*, *sustentar*, *reconhecer*, *acusar*, *insurgir-se*, etc. Juntam-se a estes verbos, visando o mesmo efeito, estruturas de introdução de discurso directo variadas, algumas delas de registos menos formais, outras de estilos metafóricos mais vincados:

«Daniel Dudek **não se fica**: “Mas a Rússia também se quer desenvolver e não vai ficar neste marasmo (...)”»
(*Público*, 10/12/1997)

«Mas o vice-presidente, que deverá concorrer à Casa Branca nas próximas eleições norte-americanas, **ainda foi mais além**: “Àqueles que procuram ofuscar e obstruir, devemos dizer: não permitiremos que coloquem interesses pessoais e mesquinhos acima dos interesses da humanidade”. (...)

Johny Lahure, o ministro do Ambiente luxemburguês, **ecoou as mesmas preocupações**: “Os cientistas confirmaram que o planeta está a ficar mais quente, que os níveis do mar estão a subir e que estas mudanças são influenciadas pela actividade humana”» (*Público*, 11/12/1997)

Contudo, não se limitam a esse efeito de reproduzir o conflito verbal: traduzem a leitura que o relator faz dos estados de coisas, desvelam a sua opinião ou a interpretação que faz daquilo que descreve e condicionam decisivamente o julgamento que o leitor fará¹⁵. Pode, assim, questionar-se a possibilidade de a criação de antagonismos e de polaridades, marcada por traços discretos do discurso mediador mas actuante no grau de poder atractivo do discurso mediático, ser devedora das estratégias comerciais do *medium*, em grau superior, em muitos casos, ao da conflitualidade concreta vivida entre os protagonistas originais das situações mediatizadas. Tratar-se-á da exploração de dimensões conflituais artificialmente intensificadas e da consagração do jornalista como protagonista efectivo do conflito, na medida em que se apresenta junto da opinião pública como criador do real – um real discursivamente configurado, o único ao qual a esmagadora maioria dos cidadãos pode ter acesso em todos os casos de relevo social que não passam pela sua experiência vital imediata.

v. O exercício de interpretação / mediação desenvolvido pelo jornalista fica patente em algumas estruturas:

«Já a China, a Índia e a Indonésia mostram-se mais inflexíveis pois não querem desacelerar o seu crescimento. **O argumento é sempre o mesmo**: “para vocês continuarem ricos, nós temos de continuar pobres”» (*Público*, 3/12/1997)

¹⁵ Calsamiglia e López (2000), num estudo sobre o fenómeno da polifonia em textos de imprensa de divulgação científica, referem a existência de *verba dicendi* “enfanzadores” e “focalizadores da atenção”, verbos que não são neutros, mas contêm uma dimensão directiva orientada para o alocutário.

«Hare faz, apesar de tudo, uma leitura relativamente otimista da posição de Gore e **considera que ela se pode dever a razões tácticas**: “Se chamasse a si a glória de um anúncio da redução poderia prejudicar a forma como os seus negociadores estão a regatear nas reuniões”, diz o ecologista.» (*Público*, 9/12/1997)

Nestes exemplos, a citação assume valor probatório ou especificador, pois a sua interpretação foi avançada / sugerida, no todo ou em parte, anteriormente, pelo relator, num segmento interpretativo do discurso do enunciador primeiro.

vi. Uma ocorrência merece atenção particular: o verbo *explicar*, que ocorre várias vezes como introdutor de discurso directo. Nestes casos, verifica-se que o enunciador citado é sempre um cientista, que realiza a tarefa de *explicar* a um leigo, o jornalista, aspectos técnicos da questão, assumindo este o papel da opinião pública, dos leigos, face ao especialista. Trata-se da emergência de algumas marcas, pontuais, de um outro fenómeno associado ao discurso ambiental nos *media*: a problemática da divulgação científica.

«“Se não valorizarmos a tonelada de carbono, as medidas custo-eficazes que encontrámos apenas nos permitem reduzir oito milhões de toneladas quando Quioto nos exige 12,8 milhões. Mas se, pelo contrário, introduzirmos este valor, conseguimos reduzir mais, pois outras medidas que não considerámos tornam-se mais rentáveis”, **explicou** Júlia Seixas, coordenadora da equipa que realizou o estudo português.» (*Público*, 25/10/1999)

vii. Uma estratégia frequente corresponde ao que Authier (1978) designa como “ilhas textuais”: consiste na ocorrência de segmentos breves do texto / discurso original, entre aspas, no texto do relator. Estes segmentos, apesar de pertencerem ao primeiro locutor, adaptam-se, do ponto de vista enunciativo, ao texto onde ocorrem como citação. Estão ao serviço da criação de um forte “efeito de real”, pelo contraste com o co-texto imediato e pela ilusão de verosimilhança associada ao discurso directo. Algumas destas ilhas textuais são muito breves, com uma ou duas palavras ou com uma expressão complexa cristalizada. Podem ocorrer com ou sem estrutura de introdução:

«Para Fátima Espírito Santo, que integra a delegação técnica portuguesa no Japão, na qualidade de especialista do Instituto de Meteorologia (IM), a posição dos EUA é “**decepcionante**”.» (*Diário de Notícias*, 1/12/1997)

«[A Administração Bush] Confrontou os seus aliados europeus com a decisão unilateral de construir um sistema de defesa antimíssil (NMD), desafiando-os sem a menor subtilidade a “pegar ou largar”.» (*Público*, 30/03/2001)

viii. O primeiro dos exemplos acima apontados ilustra igualmente uma estrutura introdutória de discurso directo com várias ocorrências no *corpus*: “Para X...”. Este é um recurso de identificação inequívoca do enunciador citado que exige a referência àquele antes ou depois do discurso directo, ou ainda em incisa. Esta estrutura ocorre 11 vezes no *corpus*, todas em início de segmento que relata o discurso. A sua função mais frequente é dar lugar à voz de ambientalistas (seis casos); introduz também o discurso de agentes políticos e negociadores do Protocolo de Quioto (três casos) e de cientistas (dois casos).

O introdutor “Segundo X...” ocorre 19 vezes no *corpus*, duas das quais no fim do segmento que contém o discurso relatado; surge três vezes em oração incisa; e nas restantes 14 vezes o introdutor inicia o período onde se dá o relato de discurso. Na maior parte dos casos (11), o introdutor anuncia o discurso de cientistas, individualizados pelo nome, apontados por referência genérica ou por metonímia, pela indicação de estudos, relatórios e instituições; em sete casos, introduz a voz de agentes políticos; e em um caso, prepara a citação de um ambientalista.

Apesar de os dados apontarem para usos diferenciados, sugerindo a tendência para uma especialização destes introdutores de relato neste tipo de discurso, o *corpus* é demasiado restrito para afirmações minimamente sustentadas sobre esse assunto. Fica, ainda assim, a sugestão do uso mais frequente de “segundo...”, claramente marcado, para a voz consagrada da Ciência.

O mesmo exemplo acima transcrito mostra o afastamento que o relator assume face ao discurso do enunciador original. O jornalista não subscreve a avaliação que a técnica portuguesa faz, apesar de não bloquear uma aproximação que se reconhece pela leitura da totalidade do seu artigo e de não sugerir uma posição contrária. Mais uma vez, as aspas que enquadram o lexema atribuem a avaliação a um enunciador que não se confunde com o jornalista e colaboram na construção de uma imagem de isenção e imparcialidade deste relativamente aos problemas em questão. Os usos referenciados tendem a ocorrer com lexemas ou lexias compostas que envolvem uma avaliação de alto grau ou de significativa gravidade relativa a determinado estado de coisas:

«A Dinamarca considerou a decisão “**chocante e deprimente**”, a Itália classificou-a como “**extremamente grave**” e a França sustentou que se tratava de “**um escândalo**”.» (*Público*, 30/3/2001)

Deve apontar-se um outro aspecto do funcionamento das ilhotas textuais, característica que partilham com segmentos de discurso directo mais extensos: trata-se do uso de expressões técnicas e de vocabulário científico, sentido – e assinalado pelo relator – como estranho ao discurso jornalístico, de difícil percepção pelo público ou de significação particular, divergente face ao núcleo duro de significação que apresenta nas variedades mais próximas do padrão.

ix. Um caso particular de ocorrência de ilhotas textuais verifica-se nos momentos de reformulação, associados também ao discurso científico:

«Por outro lado, querem criar uma “**bolsa de emissões**”, isto é, que seja possível “comprar” a outros países que pouco emitem a possibilidade de, na prática, poderem poluir por eles.» (*Público*, 3/12/1997)

«A nível global, através do que se chama “**aplicação conjunta**”, ou seja, investindo em indústrias limpas num país em desenvolvimento, que não esteja afecto ao protocolo, ganhar-se-iam os créditos equivalentes ao que se pouparia se a dita empresa fosse, por exemplo, a carvão.» (*Público*, 10/12/1997)

Estas ocorrências podem ser explicadas como manifestações de autonomia, que envolve um uso de marcas gráficas (aspas, itálicos...) oposto ao uso corrente, remetendo essencialmente para elementos internos ao próprio sistema linguístico e não para o seu valor referencial. Trata-se de segmentos metadiscursivos, intercalados no discurso, manifestando, uma vez mais, a emergência do discurso da Ciência no discurso mediático sobre o ambiente.

x. Contudo, o vocabulário técnico e científico não faz a sua aparição exclusivamente em ilhotas textuais. É facilmente identificável um conjunto de vocábulos especializados que são apresentados em segmentos de discurso directo:

«Um dos mais importantes compromissos assumidos nesta Convenção é o “de conseguir a estabilização das concentrações na atmosfera **de gases com efeito de estufa**, a um nível que evite uma **interferência antropogénica** perigosa com o **sistema climático**”.» (Documento para *workshop*, GEOTA, Junho de 1997)

Ainda e uma vez mais, o discurso da Ciência irrompe no discurso mediático sobre o ambiente, e fá-lo a um nível bem evidente: o seu tecnolecto.

xi. Os exemplos anteriores dão a ver uma outra possibilidade de ocorrência de discurso directo: sem qualquer elemento introdutório. Este é um esquema de organização do discurso directo relativamente comum no *corpus*, seja com o emprego de segmentos muito curtos (correspondentes a ilhotas textuais), seja com segmentos mais longos, que compreendem períodos inteiros:

«Novas exigências na construção e no sector terciário são também essenciais, diz Carlos Pimenta. **“As regras de construção dos prédios têm de ser alteradas, assim como se tem de promover a utilização de tecnologias já existentes no mercado como os contadores bi-horários [que permitem que, em horários de pouco movimento, a electricidade seja muito mais barata] ou as lâmpadas de baixo consumo”.**»
(*Público*, 25/10/1999)

A estrutura ilustrada é consideravelmente comum no *corpus*: após um segmento em discurso directo, discurso indirecto ou discurso indirecto livre, atribuído / atribuível a determinado enunciador, surge um outro segmento, frequentemente um período completo, entre dois pontos finais, com marcas óbvias de citação, mas sem referência concreta ao responsável da sua enunciação. Contudo, no respeito pelo princípio de cooperação, o leitor assumirá que se trata de um excerto do discurso anteriormente citado.

Dado o quadro teórico definido, tais ocorrências podem ser tomadas com normais. De facto, a aceitação de um nível de análise que não assume os limites curtos da frase, mas concebe os fenómenos de comunicação / interacção como verdadeiro objecto de estudo das ciências da linguagem numa perspectiva discursiva anula qualquer estranheza que esta estrutura de relato apontada possa suscitar. O que se passa é que locutor também não perspectivará o seu texto em termos de frases isoladas, mas como um todo de sentido, decorrente dos múltiplos segmentos locais, mas assumindo a dimensão global como mais do que a mera soma de sentidos parcelares desgarrados.

5.3.4. Na segunda categoria acima avançada (em **4.3.**) inclui-se a evocação de uma “voz comum”, de um enunciador não identificado.

i. A estrutura empregada pode ser a da frase de orientação passiva, sem identificação do agente. Fica o leitor a saber que o vocabulário não é do jornalista, mas de quem lida com os assuntos em questão, ou seja, cientistas e ambientalistas (não individualmente identificados). Esses sim, têm as competências e o “direito” de atribuir nomes específicos aos conceitos que manipulam. Estas estruturas introduzem sempre vocábulos de gírias técnicas e científicas, trazidos para o discurso mediático e marcados como “estranhos” ao léxico comum:

«Essa “bolha” europeia, como é **conhecida**, permite a Portugal aumentar as suas emissões até... 40 por cento.» (*Público*, 9/12/1997)

ii. Porém, com os mesmos efeitos, é identificável o emprego da estrutura de voz activa, com sujeito não identificado:

«A este fenómeno **chama-se** “efeito de estufa” pois é o mesmo que dá origem ao aquecimento que se faz sentir nas estufas usadas na agricultura.» (*Público*, 30/11/1997)

A evocação desta voz comum, ou discurso da *doxa*, legitima o discurso do jornalista, contribuindo para a sua aceitação pelo leitor. Tal aceitação não decorre, contudo, da posição de autoridade do discurso da Ciência, profusamente evocado no discurso mediático sobre o ambiente, mas da activação de um interdiscurso que o alocutário terá já incorporado e com o qual já estará familiarizado, não o contestando. Trata-se de uma base pacífica sobre a qual pode ser construída uma argumentação eficaz.

iii. Por outro lado, encontram-se no *corpus* casos variados de frases feitas e expressões cristalizadas do Português, pertencentes ao discurso do falante não especializado (no âmbito científico) mas cujo emprego o jornalista terá sentido como parcialmente desadequado ao cotexto / contexto em causa ou cuja significação deve ser entendida como metafórica ou desviante do seu sentido habitual. As aspas surgem a marcar essas lexias, mas a voz evocada é uma voz comum, não identificada, devendo o alocutário reconhecer, sob este uso, o sentido normalmente atribuído a estas expressões no discurso quotidiano. Normalmente, não apresentam um verbo ou estrutura de introdução de relato de discurso. Trata-se de uma estratégia que aproxima locutor e alocutário, que permite dar consistência a uma cumplicidade tácita e que constitui um mecanismo de economia discursiva:

«A “**papinha**” da vegetação é o carbono (...).» (*Público*, 25/10/1999)

Este uso enquadra-se no que é definido como *modalização autonómica*, entendida por I. M. Duarte (2003) como uma das “formas difusas de citação”.

iv. Finalmente, uma breve nota permitirá apontar que as escassas expressões em língua estrangeira (sobretudo Inglês e Latim) surgem, por norma, também entre aspas. Trata-se de expressões estrangeiras, mas de uso relativamente difundido em discursos em língua portuguesa, em particular quando usados registos mais elaborados, nomeadamente em meios científicos e académicos – mas não só: várias destas expressões (*per capita*, *stocks*, etc.) são já familiares ao cidadão comum, pelo seu uso reiterado na comunicação social, mesmo que o sentido na língua de origem tenha sido alterado no todo ou em parte e que a expressão tenha ganho novas fronteiras quando usada em contextos de Português.

6 – Conclusões

Pode afirmar-se que a investigação aqui condensada confirma que os recursos formais que o discurso directo emprega, tal como surge no discurso de imprensa, ultrapassam as barreiras que tradicionalmente lhe são impostas, exigindo análises para além do limite da frase. A sua interacção com outras formas de relato é evidente e operativa na configuração textual (ainda que, nesta descrição, esse aspecto não tenha recolhido atenção significativa), afirmando-se como um mecanismo central da sua organização e do seu funcionamento.

O uso do discurso directo no discurso da imprensa sobre o ambiente manifesta a confluência de vozes que em cada enunciação se reactualizam, sejam vozes perfeitamente identificadas ou manifestações de um interdiscurso construído pelo tratamento mediático dos assuntos de relevo social. Uma dessas vozes privilegiadas é a da Ciência, de uso sistemático, ao serviço de objectivos pragmáticos vários, mas entre os quais o de fazer-acreditar assume papel central, em particular porque constitui uma etapa fundamental do fazer-aderir e do fazer-fazer que caracterizam o discurso ambiental (mesmo o menos visivelmente empenhado). Não é alheia a este macro-objectivo pragmático a construção de realidades extremadas, potenciadoras da adesão emocional e, portanto, do exercício eficaz da influência e da persuasão.

Pretende-se que este estudo mostre igualmente o relevo que a *análise* da materialidade linguística (na linha do que se vem fazendo em Análise [Linguística] do Discurso), e não

somente a *interpretação* mais ou menos intuitiva dos conteúdos de sentido dos textos, assume na desconstrução dos mecanismos discretos de definição do sentido dos produtos verbais (neste caso, dos produtos mediáticos).

E, finalmente, que um tópico de análise tão “maltratado” por algumas análises formais como o funcionamento do discurso directo pode, num quadro teórico-metodológico adequado, levar por caminhos e fazer chegar a lugares de interpretação cientificamente muito interessantes.

Referências bibliográficas

ADAM, J.-M. Unités rédactionnelles et genres discursifs: cadre général pour une approche de la presse écrite. **Pratiques**, Metz: Collectif de Recherche et d'Expérimentation sur l'Enseignement du Français, 94, p. 3-18, 1997

AUTHIER, J. Les formes du discours rapporté – Remarques syntaxiques et sémantiques à partir des traitements proposés. **DRLAV**: revue de linguistique, Paris: Centre de Recherches de l'Université de Paris VIII, 17, p. 1-87, 1978

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité(s) Énonciative(s). **Langages**, Paris: Larousse, 73, p. 98-111, 1984

BAKHTINE, M. La structure de l'énoncé. In: TODOROV, T. **Mikhail Bakhtine et le principe dialogique, suivi de Écrits du Cercle de Bakhtine**. Paris: Seuil, 1981 (1930). p. 287-316

BEACCO, J.-C. *et al.* Science in media and social discourse: new channels of communication, new linguistic forms. **Discourse Studies**: an interdisciplinary journal for the study of text and talk, Thousand Oaks: Sage Publications, 4 (3), p. 277-300, 2002

CALSAMIGLIA, H.; LÓPEZ, C. Polifonía en textos periodísticos con información científica. In: TOVAR *et al.* (Eds.). **Lengua, Discurso, Texto**. (I Simposio Internacional de Análisis del Discurso), Vol. II. Madrid: Visor, 2000. p. 2647-2663

CHARAUDEAU, P. **Le discours d'information médiatique**. La construction du miroir social. Paris: Nathan, 1997

CICUREL, F. Les scénarios d'information dans la presse quotidienne. **Le Français dans le monde**, numéro spécial Recherches et Applications: "Médias faits et effets", Paris, Hachette / EDICEF, p. 91-102, 1994

DUARTE, I. M. **O relato de discurso na ficção narrativa**. Contributos para a análise da construção polifónica de *Os Maias* de Eça de Queirós. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003

- _____. O relato de discurso na *Crónica de D. João I* (I Parte) de Fernão Lopes. In: FONSECA, F. I. *et. al.* (Orgs.) **Língua Portuguesa: estruturas, usos e contrastes**. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto, 2003a. p. 185-198
- FONSECA, J. Heterogeneidade na Língua e no Discurso. In: FONSECA, J. **Linguística e Texto / Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Nice: Universidade de Nice, 1992 (1989), p. 249-292
- JUNG, M. Ecological Criticism of Language. In: Fill; Mühlhäusler (eds.). **The ecolinguistics reader**. Language, ecology and environment. London / New York: Continuum. 2001 (1996). p. 270-285
- MAINGUENEAU, D. **Analyser les textes de communication**. Paris: Nathan, 2000
- MOIRAND, S. Les indices dialogiques de contextualisation dans la presse ordinaire. **Cahiers de praxématique**, Montpellier: Université Paul Valérie, 33, p.145-184, 1999
- RAMOS, R. **Aspectos da configuração do discurso de opinião na comunicação social**. Porto: Faculdade de Letras, 1996 (Tese de mestrado, não publicada)
- RAMOS, R. **Aspectos do discurso do ambientalismo nos media escritos**. Porto: Faculdade de Letras, 2005 (Tese de doutoramento, não publicada)
- RAMOS, R. O discurso de opinião como discurso polémico - aspectos da sua configuração e da interacção social. **Comunicação e Sociedade 2 (As Ciências da Comunicação no espaço lusófono - 1)**, Série de Comunicação - Cadernos do Noroeste, Braga: Universidade do Minho, vol. 14, n^{os} 1-2, p. 235-247, 2000
- RAMOS, R. “Os doze abutres”: estrutura e funcionamento de um texto polémico. In: FONSECA, J. (Org.); PINTO, A. G.; ALMEIDA, C. A.; RAMOS, R.. **A Organização e o Funcionamento dos Discursos**. Estudos sobre o Português. Tomo III. Porto: Porto Editora, 1998. p. 109-156